

BIOMM S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Biomm S.A. (“Biomm” ou “Companhia”) é uma Companhia de biotecnologia, cuja atividade operacional inclui o licenciamento do processo de produção de insulina pelo processo de DNA recombinante a outras empresas da tecnologia e a prestação de serviços a terceiros relacionados com o desenvolvimento e escalonamento de processos e produção na área de biotecnologia. A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Praça Carlos Chagas, 49 - 2º andar - Santo Agostinho, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, e possui ações negociadas na Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo, sob os códigos BIOM3 e BIOM4.

Em 29 de abril de 2003, foi constituída a empresa Biomm International Inc., com sede na cidade de Road Town, Tortola, capital do território das Ilhas Virgens Britânicas. A Biomm subscreveu a totalidade das ações da Biomm International; contudo não houve integralização destas ações, correspondentes a US\$50.000,00, conforme permitido pela legislação daquele país.

Em agosto de 2003, foi firmado um contrato de licenciamento entre a Biomm e a Biomm International, no qual a Biomm concedeu à Biomm International uma licença exclusiva para exploração e administração mundial dos direitos de propriedade intelectual relacionados à tecnologia desenvolvida para a produção de insulina recombinante.

Em 2005, foram constituídas duas subsidiárias integrais da Biomm International, Biomm Middle East Inc e Biomm Russia Ltd., com sede também na cidade de Road Town. A Biomm Internacional subscreveu a totalidade das ações, correspondentes a US\$50.000,00 das novas empresas; conforme permitido pela legislação daquele país. Ambas empresas foram constituídas para facilitar a negociação dos contratos internacionais. A Biomm Middle East está diretamente ligada ao projeto da Arábia Saudita e a Biomm Russia, encontra-se sem atividade operacional.

A Biomm International, como subsidiária integral da Biomm, é responsável pelos recebimentos e pagamentos dos valores envolvendo as operações de licenciamento da tecnologia de produção de cristais de insulina de clientes fora do Brasil, bem como o registro das respectivas receitas e despesas inerentes ao processo de licenciamento. Os resultados auferidos pela controlada são reconhecidos na Biomm, através do método de equivalência patrimonial.

A Companhia continua desenvolvendo esforços no aperfeiçoamento de suas tecnologias, tornando a produção de proteínas terapêuticas mais competitivas, ampliando a proteção de sua propriedade intelectual em outros países e desenvolvendo relações comerciais, sobretudo internacionais, de forma a permitir a negociação das tecnologias mencionadas.

Atualmente, a Companhia está dedicada a dois projetos:

(a) Transferência de tecnologia de produção de insulina - Projeto Arábia Saudita

Em 2007, a Companhia concluiu a negociação de um projeto para produção de insulina humana recombinante na Arábia Saudita. Esse projeto foi viabilizado através da criação de uma “Joint Venture” com uma empresa sediada naquele país, com o compromisso de transferência da tecnologia através da assessoria na implantação da planta de produção de insulinas humanas recombinantes. A continuidade desse projeto depende da obtenção de linhas de financiamento provenientes de instituições financeiras, e da manutenção de aportes de capital por parte do acionista estrangeiro. Projetos semelhantes estão sendo avaliados negociados com outras empresas.

Em 14 de junho de 2008, foi aprovada pelos órgãos competentes da Arábia Saudita a documentação referente à constituição da “*joint venture*”, através da sua controlada indireta Biommm Middle East Inc (Biommm ME), com a empresa árabe Gabas Developing Biotechnology Holding Company (Gabas Holding). A JV permanecerá em vigor até dezembro de 2017, podendo esse prazo ser renovado por mais 12 anos.

A JV deverá implantar uma unidade industrial de produção de insulina humana recombinante na Arábia Saudita, usando a tecnologia de produção licenciada pela Biommm International Inc., para atender à demanda da região em torno daquele país. O contrato de licenciamento e assessoria técnica firmado entre a Biommm International Inc. e a JV totaliza US\$20.000 mil, dos quais US\$6.800 mil foram recebidos até 31 de dezembro de 2011 pela controladora.

A JV tem o capital inicial de SR45.000 mil (SR=Rial Saudita; US\$ 1 equivalente a SR3,7504 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010), sendo que Gabas Holding subscreveu ações que equivalem a 51% do capital total e a Biommm ME 49%. Durante o mês de dezembro de 2011 houve integralização de capital por parte dos acionistas. Apesar do acionista estrangeiro possuir 51% do capital da JV, o seu estatuto social assegura que nenhum dos acionistas exercerá, individualmente, preponderância nas deliberações sociais.

Como parte dos entendimentos entre os acionistas da JV, os seguintes aspectos deverão ser observados durante o prazo da “*joint venture*”:

- (i) A integralização do capital inicial atribuído à Biommm ME será totalmente financiada pelo acionista Gabas Holding.
- (ii) Previsão de posterior aumento do capital inicial em mais SR45.000 mil, passando a JV a ter um capital social total de SR90.000 mil.
- (iii) Existência de opção, por parte da Gabas Holding, da compra de 34% do capital social da JV, sendo que a Gabas Holding deverá perdoar o financiamento concedido à Biommm ME em conexão com a integralização do capital inicial da JV, mencionado em (i) acima.
- (iv) Os princípios gerais que orientam a atuação da Gabas Holding e da Biommm ME como acionistas da JV estão definidos e formalizados em acordo de acionistas assinado em junho de 2008.

A JV encontra-se em fase pré-operacional, sendo os resultados do exercício findo em 31 de dezembro 2011 e de 2010, referentes às despesas operacionais iniciais incorridas (“start up costs”). Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a JV possuía ativos totais (ajustados para as práticas contábeis adotadas no Brasil) nos montantes de R\$23.328 e R\$9.993, respectivamente, referentes aos investimentos efetuados até essa data no projeto de produção de insulina na Arábia Saudita, representados, basicamente, pelos valores pagos pela JV à Biommm International em decorrência do contrato de licenciamento e assessoria técnica firmado entre as partes. O passivo total (ajustado) da JV, referentes aos valores a pagar ao acionista estrangeiro, por conta do financiamento dos pagamentos do contrato com a Biommm International, totalizava R\$299 e R\$11.495 em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, respectivamente. A moeda funcional da Gabas é o Rial Saudita (“SR”).

Após a aprovação do projeto da fábrica de insulina pelo Ministério do Comércio e Indústria e pelo Ministério da Saúde da Arábia Saudita, a JV aguarda a liberação do financiamento do projeto. Atualmente, a JV está em negociação com instituições financeiras sauditas, para dar início à construção da planta de produção de insulina.

(b) Desenvolvimento de técnicas de aperfeiçoamento de fontes alternativas de energia.

Em 15 de junho de 2010, a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP e a Biommm assinaram um contrato de concessão econômica para o projeto intitulado “Desenvolvimento de processo para obtenção industrial de misturas enzimáticas celulolíticas, destinadas a produção de biocombustíveis a partir da Biomassa”. O projeto terá a duração de 36 meses e a Biommm receberá recursos não reembolsáveis no valor de R\$ 3.100, oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT/Subvenção Econômica. No projeto, será concedida uma contrapartida de R\$ 792 pela Biommm.

A Companhia cumpriu o cronograma no ano de 2011 dos trabalhos de pesquisa do Projeto FINEP - Subvenção para o desenvolvimento de produção de enzimas celulolíticas (que “quebram” a glicose) de bagaço de cana e outras biomassas, visando a produção de etanol do bagaço de cana, potencialmente aumentando em até 30% a produção de álcool de uma usina.

O Projeto é resultado da seleção pública “Subvenção Econômica à Inovação - 2009” na área de Biotecnologia promovida pela FINEP, empresa vinculada ao Ministério das Ciências e Tecnologias. De acordo com as condições do programa, a Finep subvenciona gastos como pessoal, material de consumo, viagens e prestação de serviços de terceiros. A empresa, em contrapartida, arca com investimentos em instalações, equipamentos e material permanente, baseados em planilha apresentada na seleção.

Devido à esses constantes desenvolvimentos, a Companhia vem incorrendo em prejuízos recorrentes, mas conta com o apoio financeiro dos seus acionistas majoritários enquanto os projetos em desenvolvimento não gerarem resultados suficientes para a manutenção das suas operações.

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia o estudo econômico-financeiro para a construção e operação de uma planta biofarmacêutica destinada à produção e comercialização de insulina e outras proteínas terapêuticas por engenharia genética (Biofármacos)

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras, controladora e consolidado, estão apresentadas e resumidas conforme a seguir. Estas práticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas elaboradas e apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (*BR GAAP*), identificadas como individual.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado, pois não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado, atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as *IFRS* e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*), aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e com todos os pronunciamentos emitidos pelo CPC.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas e em controladas em conjunto

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as práticas descritas na nota explicativa 2.2 e abrangem as demonstrações financeiras da controladora e das controladas em conjunto, sediadas no exterior, cujas demonstrações financeiras foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora e reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia pelo método da equivalência patrimonial.

A Companhia apresenta nas suas demonstrações financeiras consolidadas, suas participações em controladas usando o método de consolidação integral. As participações nos ativos, passivos e resultados das controladas são combinados com os correspondentes itens nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, linha a linha.

Na consolidação foram eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, bem como os saldos de ativos e passivos, receitas, custos, despesas e lucros não realizados, decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As controladas diretas e indiretas da Companhia incluídas na consolidação estão relacionadas na nota explicativa 8 - Investimentos.

A Companhia apresenta sua participação em empresa com controle compartilhado, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de consolidação proporcional. A controlada em conjunto e suas principais informações financeiras estão relacionadas na nota explicativa 8.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Quando uma empresa da Companhia realiza transações com sua controlada em conjunto, os lucros e prejuízos resultantes das transações são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas apenas na medida das participações nas controladas em conjunto não relacionadas à Companhia.

2.4. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas significativas são utilizadas quando da contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível; de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários; do valor justo de instrumentos financeiros e da receita que considera a estimativa do custo total orçado do empreendimento.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a controlada direta Biommm Internacional não concluiu a revisão do orçamento preparado anteriormente para reconhecimento da receita, como base no percentual de execução, relativo ao contrato de prestação de serviço de assessoria técnica e transferência de tecnologia, conforme descrito na nota explicativa 1.a.

2.5. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real. As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no resultado abrangente.

2.6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

2.7. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Companhia e todas as suas controladas, para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

2.7.1. Reconhecimento de receita

A Companhia usa o método de percentagem de conclusão (POC) para contabilizar os seus contratos de prestação de serviços acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que a Companhia estime os serviços realizados até a data base do balanço, como uma proporção dos serviços totais contratados. No consolidado, a receita de serviços decorrente da transferência de tecnologia e assessoria técnica é reconhecida proporcionalmente à etapa do serviço prestado em relação ao orçamento total do contrato, tendo como base no custos incorridos.

Na controladora, a receita de Royalties é reconhecida quando do recebimento financeiro das parcelas referente ao contrato de transferência de tecnologia junto a JV, pela Biommm International.

2.7.2. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia avalia, ao menos anualmente, se há alguma indicação de redução ao valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível - software. Em 2011 e 2010 não foram identificados indícios de que tais ativos possam ter sofrido desvalorização.

2.7.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.7.3.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das quatro categorias a seguir: (i) pelo valor justo por meio de resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação do ativo financeiro em uma das quatro categorias de ativos financeiros depende de sua natureza e finalidade.

As aplicações financeiras da Companhia são classificadas na categoria de empréstimos e recebíveis, representados principalmente por:

- Caixa e equivalentes de caixa - São considerados como caixa e equivalentes de caixa os valores mantidos como caixa, contas-correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original for igual ou menor do que 90 dias e que têm baixo risco de variação no valor justo.

2.7.3.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados no momento de seu reconhecimento inicial em uma das duas categorias a seguir: (i) passivos financeiros a valor justo por meio do resultado; e (ii) outros passivos financeiros.

A Companhia não possui passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros da Companhia estão classificados como “outros passivos financeiros” e mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos, financiamentos e contratos de mútuo.

2.7.4. Investimentos

Os investimentos decorrentes de participações societárias em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, conforme nota explicativa 8.

2.7.5. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzidos de depreciação, e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A Companhia revisa a vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado anualmente, no final de cada período de relatório. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando estes estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados já em uso.

2.7.6. Ativos intangíveis

Pesquisa e desenvolvimento - Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados serão amortizados a partir do início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

Programas de computador (softwares) - Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

2.7.7. Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária

Os ativos e passivos em reais e sujeitos à indexação contratual ou legal são atualizados nas datas dos balanços pela aplicação do correspondente índice. Ganhos e perdas decorrentes de variações monetárias são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

2.7.8. Provisões

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

2.7.9. Tributação

O Imposto de Renda (IR) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são registrados pelo regime de competência de exercícios, calculados utilizando a taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente, sobre lucros tributáveis ajustados de acordo com legislação específica.

3. PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS RECENTEMENTE E AINDA NÃO APLICADOS PELA COMPANHIA

- (a) As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia (individual e consolidado):

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 24 - Divulgações de Partes Relacionadas	As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IFRIC 14 - Pagamentos Antecipado de Exigência Mínima de Financiamento - Limite de ativo de benefício definido	Retira as consequências não intencionais que surgem do pagamento antecipado, no qual há exigência mínima de provimento de recursos. Os resultados dos pagamentos antecipados em determinadas circunstâncias são reconhecidos como ativo ao invés de despesa.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
IFRIC 19 - Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital	Estabelece procedimentos para reconhecimento e divulgação de transações de emissão de instrumentos patrimoniais	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
Modificações à IAS 32 Classificação de Direitos	Aborda a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011

- (b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2012 ou após essa data, ou para exercícios subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 - Investimentos em Coligadas	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 - Demonstrações Separadas	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas nas quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
	introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	
IAS 19 (revisada em 2011)	Alteram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

A Companhia implementará tais pronunciamentos e interpretações à medida que suas aplicações se tornem obrigatórias, com a normatização pelo CPC e CVM. Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção, exceto pelos pronunciamentos IFRS 10, 11 e 12, vigentes para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, para os quais se espera que os investimentos em controladas em conjunto da Companhia passem a ser reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações consolidadas, não havendo efeitos no patrimônio líquido e lucro do período.

4. APROVAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria da Companhia em 28 de fevereiro de 2012.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora (BRGAAP)</u>		<u>Consolidado (BRGAAP e IFRS)</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Caixa e bancos	2	2	2	28
Depósitos bancários de curto prazo (i)	<u>1.176</u>	<u>96</u>	<u>2.677</u>	<u>96</u>
	<u>1.178</u>	<u>98</u>	<u>2.679</u>	<u>124</u>

- (i) Estão representadas por aplicações em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, em Reais, com remuneração fixada em 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos para resgate são imediatos, sem ônus para a Companhia.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

<u>Controladora (BRGAAP) e Consolidado (BRGAAP E IFRS)</u>	
<u>2011</u>	<u>2010</u>

Imposto de renda a recuperar	155	129
PIS e COFINS a recuperar	<u>73</u>	<u>73</u>
	<u>228</u>	<u>202</u>
Ativo circulante	155	129
Ativo não circulante	73	73

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se a gastos incorridos com a contratação de instituição financeira para assessoria financeira, busca de acionistas e viabilização de financiamento, para a construção e operação de uma planta biofarmacêutica destinada à produção e comercialização de insulina e outras proteínas terapêuticas.

8. INVESTIMENTOS - CONTROLADORA (BRGAAP)

A composição dos investimentos é como segue:

	Participação no capital social	Patrimônio líquido	Investimentos		Resultado de equivalência	
			2011	2010	2011	2010
<u>Controladas direta:</u>						
Biommm International	100%	1.710	1.710	1.664	46	(134)
Biommm Middle East	100%		-	-	-	-
Biommm Russia	100%			-	-	-
<u>Controlada em conjunto:</u>						
JV Gabas *	49%	20.780	7.010	(3.979)	(18)	(39)
			<u>8.720</u>	<u>(2.315)</u>	<u>28</u>	<u>(173)</u>

* Contempla o efeito do Lucro não Realizado, do contrato de transferência de tecnologia, no montante de R\$3.240 e variação cambial de R\$68.

A movimentação dos investimentos é como segue:

	2011	2010
Saldo no início do exercício	(2.315)	(2.272)
Integralização de capital	11.029	-
Resultado de equivalência patrimonial	28	(173)
Ajuste acumulado de conversão	(22)	130
Saldo no final do exercício	<u>8.720</u>	<u>(2.315)</u>

Em 31 de dezembro de 2010 a participação na Joint Venture possuía um passivo a descoberto que gerou uma provisão para passivo a descoberto, no valor total de R\$3.979.

9. IMOBILIZADO

	Controladora (BRGAAP)		
	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e outros	Total
<u>Composição do ano de 2010</u>			
Em 31 de dezembro de 2010			
Custo	1.989	314	2.303
Depreciação acumulada	(1.227)	(131)	(1.358)
Saldo contábil, líquido	762	183	945
<u>Composição do ano de 2011</u>			
Em 31 de dezembro de 2011			
Saldo inicial	762	183	945
Aquisições/(baixas)	14	4	18
Depreciação	(4)	(227)	(231)
Saldo contábil, líquido	772	(40)	732
<u>Movimentação até 31 de dezembro de 2011</u>			
Em 31 de dezembro de 2011			
Custo	2.003	318	2.321
Depreciação acumulada	(1.231)	(358)	(1.589)
Saldo contábil, líquido	772	(40)	732
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	

	Consolidado (BRGAAP e IFRS)			
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Móveis, utensílios e outros	Total
<u>Composição do ano de 2010</u>				
Em 31 de dezembro de 2010				
Custo	-	1.989	314	2.303
Depreciação acumulada	-	(1.227)	(131)	(1.358)
Saldo contábil, líquido		762	183	945
<u>Composição do ano de 2011</u>				
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial		762	183	945
Aquisições/(baixas)	4.902	14	4	4.920
Depreciação		(4)	(227)	(231)
Saldo contábil, líquido	4.902	772	(40)	5.634
<u>Movimentação até 31 de dezembro de 2011</u>				
Em 31 de dezembro de 2011				
Saldo inicial	4.902	2.003	318	7.223
Depreciação acumulada	-	(1.231)	(358)	(1.589)
Saldo contábil, líquido	4.902	772	(40)	5.634
Taxas anuais de depreciação - %		10	10	

A despesa de depreciação no ano, no montante de R\$ 231, foi reconhecida no resultado na conta de "Despesas administrativas".

10. INTANGÍVEL

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Desenvolvimento de projetos (i)	-	-	3.287	2.492
Software	<u>160</u>	<u>160</u>	<u>160</u>	<u>160</u>
	<u>160</u>	<u>160</u>	<u>3.447</u>	<u>2.652</u>

Refere-se ao custo incorrido no projeto de produção de insulina na Arábia Saudita, representado, basicamente, pelos valores pagos pela Gabas à Biommm International em decorrência do contrato de licenciamento e assessoria técnica firmado entre as partes. Esse montante corresponde à participação proporcional da Companhia no capital social da Gabas (49% - consolidação proporcional), ajustado pela eliminação dos lucros não realizados em transações entre partes relacionadas.

A movimentação do intangível pode ser resumida como segue:

	Consolidado				
	2010	Reclassificação para o ativo não circulante	Adições	Ajuste de Tradução	2011
Licenças	2.492	(835)	1.012	618	3.287
Software	<u>160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>160</u>
	<u>2.652</u>	<u>(835)</u>	<u>1.012</u>	<u>618</u>	<u>3.447</u>

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONTROLADORA - BRGAAP E CONSOLIDADO - BRGAAP e IFRS)

A Companhia obteve empréstimo, contratado em moeda nacional, com o objetivo de financiar suas operações. Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de empréstimos e financiamentos é de R\$5.882, cujo o vencimento ocorrerá em 24 de julho de 2012. As características desse empréstimo é como segue:

Modalidade	Indexador	Juros e encargos
Capital de giro	100% CDI	3,65% a.a.

O empréstimo está garantido por aval dos acionistas.

12. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	2010	2011
Salários e encargos	589	1.026
Provisão de férias e 13. Salário	<u>272</u>	<u>262</u>

13. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia possui uma ação de natureza cível, envolvendo riscos de perda, cuja probabilidade foi classificada pela administração, juntamente com seus consultores jurídicos, como remota.

14. PLANO DE PENSÃO

Em agosto de 2007, foi implementado um novo Plano de Previdência Complementar do tipo PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres, com benefício de contribuição definida.

As principais características deste plano são:

- (a) Fundo de contribuição definida: o participante terá ao final do plano o somatório dos recursos aportados pela Companhia e pelo participante e os rendimentos do plano ao longo do período de participação.
- (b) Contribuição normal da patrocinadora: a Companhia contribuirá em até 3,175% do salário nominal do participante, limitado a 2 salários mínimos e à contribuição normal do participante.
- (c) Contribuição especial da patrocinadora: a Companhia contribuirá adicionalmente com 1,5% do salário nominal do participante, sem limitação.
- (d) A Companhia arcará com as taxas de administração do plano e com as despesas bancárias.
- (e) O benefício será concedido desde que observados os seguintes pré-requisitos: idade mínima de 60 anos; estar aposentado pela previdência oficial; tempo mínimo de contribuição ao plano de previdência privada de 5 anos.

Durante o ano de 2011, a Companhia incorreu em R\$31 (31 de dezembro de 2010 - R\$100) com despesas de contribuição nos planos de pensão.

15. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com uma das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As principais coberturas de seguro são:

	Controladora (BRGAAP)	
	2011	2010
Incêndio, explosões e fenômenos da natureza	2.965	2.965
Riscos diversos e recomposição de documentos	50	50

16. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, a compensar, no montante de R\$29.216 (31 de dezembro de 2010 - R\$25.045).

Tais valores não estão registrados contabilmente devido à inexistência de histórico de rentabilidade nas

operações sociais.

17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social, está representado por 17.339 mil ações, sendo 7.543 mil ordinárias e 9.796 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal no valor total de R\$13.050.

Em 20 de janeiro de 2010, foi efetuada uma retenção de ações, referente ao aumento de capital social aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 10 de novembro de 2009, no valor de R\$16.

O Grupo é controlado pela Bio Participações Consultoria Técnica Ltda. (constituída no Brasil), que detém 47,05% das ações ordinárias e Emvest Emrich Investimentos Ltda. com 30,51% das ações ordinárias da sociedade. Os 22,44% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

Reserva de capital

O valor da reserva é, basicamente, decorrente da subscrição com ágio, ocorrida em 2009.

Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não são resgatáveis, não são conversíveis em ações ordinárias, participarão dos dividendos obrigatórios calculados nos termos da legislação societária e terão: (a) prioridade no recebimento do dividendo correspondente a (i) 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação ou (ii) 6% (seis por cento) ao ano sobre o valor do capital integralizado em ações preferenciais, dos dois o maior; e (b) direito de participar dos lucros distribuídos, em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas serem assegurado dividendos iguais ao mínimo prioritário estabelecido no item (a) acima.

As ações preferenciais sem direito de voto adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.

18. RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP E IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Venda bruta de serviços	191	1.000	-	1.000
Impostos incidentes sobre vendas	(18)	(123)	-	(123)
Receita Líquida	173	877	-	877

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP E IFRS)	
	2011	2010	2011	2010
Gasto com pessoal	2.217	3.373	2.217	3.373
Depreciação	231	189	231	189
Serviços de terceiros	867	960	959	1.039
Gastos de infra estrutura	193	191	193	191
Gastos com manutenção	50	44	50	44
Despesas com viagens	159	150	159	150
Outras despesas	309	122	314	133
	<u>4.026</u>	<u>5.029</u>	<u>4.123</u>	<u>5.119</u>
Representado por:				
Custo dos serviços prestados	66	436	0	436
Despesas administrativas	3.879	4.573	4.041	4.661
Outras despesas	81	20	82	22
Total	<u>4.026</u>	<u>5.029</u>	<u>4.123</u>	<u>5.119</u>

20. RECEITA E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora (BRGAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
<u>Receita financeira</u>				
Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	108	137	108	137
Receita de perdão de dívida	-	71	-	71
Descontos e atualização de tributos a recuperar	18	15	18	15
	<u>126</u>	<u>223</u>	<u>126</u>	<u>223</u>
<u>Despesa financeira</u>				
Empréstimos			-	-
Juros passivos	(192)	(3)	(192)	(3)
Multa por atraso de pagamento	(534)	(134)	(534)	(134)
Tarifas bancárias	(36)	(34)	(36)	(34)
	<u>(762)</u>	<u>(171)</u>	<u>(762)</u>	<u>(171)</u>
Variação Cambial, líquida	<u>(214)</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>(83)</u>
Resultado financeiro	<u>(850)</u>	<u>52</u>	<u>(552)</u>	<u>(31)</u>

21. PREJUÍZO POR AÇÃO(a) Básico

O prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

	31 de dezembro de 2011		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	7.543	9.796	17.339
Prejuízo atribuível	(2.034)	(2.641)	(4.675)
Prejuízo básico por ação	(0,27)	(0,27)	(0,27)

(b) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações, ou qualquer outro tipo de instrumento financeiro com potencial diluidor. Dessa forma, não apresenta ações para fins de diluição.

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

(a) Saldos do fim do exercício, decorrentes das transações entre partes relacionadas

	Controladora (BRGAAP)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo		
Contas a receber de partes relacionadas - Biommm International	1.649	1.894
Contas a receber de partes relacionadas - outros	4	4
Total do ativo	1.653	1.898
Representado por:		
Circulante	-	1.894
Não circulante	1.653	4
Passivo		
Partes relacionadas - Biommm International	3.024	2.793
Receita de venda	173	
	Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contas a receber de partes relacionadas - GABAS	0	870
Empréstimos de partes relacionadas		
Gabas Holding	15.028	5.625

O saldo a receber de 31 de dezembro de 2010, refere-se ao valor remanescente das receitas realizadas através do POC - *percentage of completion*, referente ao contrato existente de transferência de tecnologia entre a BIOMMM International e a Joint Venture na Arábia Saudita e, consequentemente, do

contrato de prestação de serviços entre a BIOMMM S.A. e a BIOMMM International, não havendo vinculação com emissão de faturas.

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2011, refere-se a prestação de serviço da Controladora para sua controlada direta, Biommm International.

As contas a receber de clientes na controladora e no consolidado são todas mantidas em dólares norte-americanos e não possuem provisões para perda.

Os empréstimos junto a Gabas Holding referem-se aos aportes efetuados por esse acionista em nome da Biommm Middle East, no momento da subscrição das ações da empresa, na Arábia Saudita e serão liquidados , através de integralização de capital na JV. Tal empréstimo é sem juros e está sujeito à variação cambial do dólar norte americano.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	1.049	979
Outros benefícios de longo prazo	36	26
	<u>1.085</u>	<u>1.005</u>

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender as necessidades próprias, não existindo outros instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2011. Os valores apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

		Controladora (BRGAAP)	
		Menos de doze meses	Mais de doze meses
<u>Em 31 de dezembro de 2011</u>			
<u>Ativo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Créditos com partes relacionadas	-	1.653
<u>Passivo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Contratos de mútuo	-	14.053
	<u>Em moeda nacional - R\$</u>		
	Fornecedores	429	-
	Empréstimos e financiamentos	5.882	-

	Controladora (BRGAAP)	
	Menos de doze meses	Mais de doze meses
Salários e encargos sociais	861	-
Impostos a recolher	541	-
Outras contas a pagar	-	225

		Controladora (BRGAAP)	
		Menos de doze meses	Mais de doze meses
<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>			
<u>Ativo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Créditos com partes relacionadas	1.894	4
<u>Passivo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Contratos de mútuo	-	2.794
	<u>Em moeda nacional - R\$</u>		
	Fornecedores	263	-
	Salários e encargos sociais	1.288	-
	Impostos a recolher	604	-
	Outras contas a pagar	-	213
		Consolidado	
		Menos de doze meses	Mais de doze meses
<u>Em 31 de dezembro de 2011</u>			
<u>Passivo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Contratos de mútuo	-	11.029
	<u>Em moeda nacional - R\$</u>		
	Fornecedores	1.194	-
	Empréstimos e financiamentos	5.882	-
	Salários e encargos sociais	861	-
	Impostos a recolher	671	-
	Outras contas a pagar	249	1.422
<u>Em 31 de dezembro de 2010</u>			
<u>Ativo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Créditos com partes relacionadas	870	-
<u>Passivo</u>			
	<u>Em moeda estrangeira - US\$</u>		
	Contratos de mútuo	-	5.625
	<u>Em moeda nacional - R\$</u>		
	Fornecedores	967	-
	Salários e obrigações sociais	1.288	-
	Impostos a recolher	604	-
	Outras contas a pagar	-	484

Gestão de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Biommm e suas controladas operam internacionalmente e estão expostas a riscos de mercado advindos de mudanças de cotações de moedas estrangeiras e de taxas de juros.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado na data dos balanços. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer instrumentos financeiros.

(a) Risco de mercado - cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio. A Companhia decidiu não estabelecer estratégias de proteção para essa exposição cambial, em função de sua expectativa do comportamento atual das taxas de câmbio.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa e depósitos em instituições financeiras. Para aplicações financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com baixo risco, considerando também a liquidez da operação e tributação incidente.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela área financeira da Companhia, que monitora também as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por

exemplo, o nível de endividamento.

Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos de créditos com partes relacionadas, de fornecedores e os demais passivos financeiros, pelo valor contábil, estejam próxima de seus valores justos.

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).
- Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (nível 3).

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, são classificados no nível 2.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros da Companhia se aproximam do seu correspondente valor justo.

Instrumentos financeiros por categoriaAtivos, conforme o balanço patrimonial

Contas a receber de partes relacionadas
Caixa e equivalentes de caixa

Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
Empréstimos e recebíveis			
31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
1.653	1.898	-	870
1.178	98	2.679	124
2.830	1.996	2.679	994

Passivo, conforme o balanço patrimonial

Fornecedores
Empréstimos e financiamentos
Contratos de mútuo
Outras contas a pagar

Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
Outros Passivos financeiros			
31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
429	263	1.194	967
5.882	-	5.882	-
14.053	2.794	11.029	5.625
225	213	1.671	484
20.589	3.270	19.776	7.076

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contrapartes sem classificação externa de crédito Grupo 1	1.653	1.894	4	870
Total de contas a receber de clientes	<u>1.653</u>	<u>1.894</u>	<u>4</u>	<u>870</u>
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo AAA	1.178	98	2.679	124
	<u>1.178</u>	<u>98</u>	<u>2.679</u>	<u>124</u>

Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de câmbio em relação aos ativos e passivos financeiros, denominados em moeda estrangeira. Conforme determinado pela Instrução CVM 475/08, que requer que sejam apresentados dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável de risco considerado. Apresentamos abaixo os possíveis impactos no resultado e/ou nos fluxos de caixa futuros da Companhia.

Exposição Cambial Líquida:

	Controladora (BRGAAP)	Consolidado (BRGAAP e IFRS)
Ativos em moeda Estrangeira		
Créditos com Partes Relacionadas	1.653	-
Passivos em Moeda Estrangeira		
Contratos de mútuo	14.053	11.029
Exposição Cambial Líquida	12.400	11.029

- Cenário 1: manutenção dos níveis de taxa de câmbio nos mesmos níveis observados em 31 de dezembro de 2011: nenhum impacto no Individual e no Consolidado.
- Cenário 2: Deterioração de 25% na taxa de câmbio R\$ /US\$, em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011: Perda de R\$3.100 e R\$2.757, no individual e no consolidado, respectivamente;
- Cenário 3: Deterioração de 50% na taxa de câmbio R\$ /US\$ em relação ao nível verificado em 31 de dezembro de 2011: Perda de R\$6.200 e R\$5.514 no individual e no consolidado, respectivamente.

Grupo 1 - Partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último ano. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício de 2011, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

Efeitos na Controladora

- Integralização de capital social, pela Companhia, na controlada em conjunto JV, no montante de R\$11.029, através de dívida contraída junto a sua parceira no investimento, a Gabas Developing Biotechnology Holding Company;

Efeitos no Consolidado

- Aquisição de terreno pela JV, através de integralização de capital pela Gabas Developing Biotechnology Holding Company, no montante de R\$4.902;
- Integralização de dívida da JV, por parte da Gabas Developing Biotechnology Holding Company, no montante de R\$5.405;
- Reclassificação no montante de R\$835, do intangível para o contas a receber.

25. EVENTO SUBSEQUENTE

Como parte do plano de financiamento para implantação de uma planta biofarmacêutica destinada à produção e comercialização de insulina, em 28 de março de 2012 foi celebrado um Memorando de Entendimentos não vinculativo (“MOU”) entre os acionistas controladores da Companhia, a TMG Serviços de Gestão Ltda. e o Tekbio Fundo de Investimento em Participações (os “Investidores”). O MOU estabelece os principais termos para a subscrição de novas ações da Companhia pelos Investidores, em um futuro aumento de capital, após o qual os Investidores passariam a deter uma participação societária na Companhia. A celebração dos contratos definitivos com os Investidores (incluindo um Acordo de Acionistas entre os acionistas controladores e os Investidores, que confira aos Investidores os direitos usuais em operações dessa natureza) estará sujeita à negociação satisfatória de tais contratos, bem como a determinadas condições precedentes, dentre outras, a realização satisfatória de uma auditoria legal, ambiental, contábil, financeira e operacional.

Em razão da assinatura do MOU, foi distratado o Instrumento Particular de Subscrição e Investimento celebrado em 2011 entre a Bio Participações Consultoria Técnica e Administração Ltda., uma das controladoras da Companhia, e a Família Prufer. A Família Prufer pretende realizar o investimento diretamente na Companhia através do Tekbio.

